

A União da Energia: não faltará alguma coisa?

António Comprido, Secretário-Geral da APETRO

A Comissão Europeia apresentou, há poucos meses, uma importante comunicação sobre a estratégia para o futuro do mercado da energia na UE. Todos nós reconhecemos a importância da energia no desenvolvimento económico sustentável da economia europeia. Algo se fez até hoje, mas estamos muito longe de ter sequer atingido o objetivo de um mercado único e liberalizado. Isto devido a múltiplos constrangimentos e barreiras, que vão desde os físicos, casos das insuficientes ligações e integração das infraestruturas de transporte da eletricidade e do gás, aos legislativos, como é o caso das iniciativas nacionais no domínio dos combustíveis rodoviários, correndo o risco de fragmentação do mercado. Existe, ainda, a questão do enquadramento fiscal, com tratamentos muito diversos, provocando distorções quer entre regiões quer entre produtos energéticos. Aqui, o sucessivo adiamento da revisão da Diretiva sobre a fiscalidade da energia é um bom (mau) exemplo da dificuldade em avançar, colocando os interesses particulares e nacionais acima dos gerais e europeus.



Duma primeira leitura da referida estratégia é evidente que há um grande desfasamento entre a realidade energética da UE, em particular nos transportes, e o futuro que se descreve. Quando a UE depende hoje fortemente das fontes fósseis, sendo a dependência do petróleo de cerca de 90% no sector dos transportes, mantendo-se em valores elevados em todas as projeções conhecidas até 2040, nomeadamente da Agência Internacional de Energia, parece pouco razoável que não se dedique uma seção da estratégia ao sector do petróleo. Na verdade a estratégia para a União da Energia mais parece um estudo sectorial para a União da eletricidade, falhando rotundamente na análise de outras importantes formas de energia.

Não ponho minimamente em questão a importância de alterar o cabaz de energia da UE, promovendo as formas endógenas, e as mais amigas do ambiente. Mas isso deve ser feito de forma economicamente racional, com base no mérito das diferentes alternativas e não com escolhas político / administrativas que poderão causar distorções no mercado, minar a já muito abalada competitividade da indústria europeia e comprometer a segurança do abastecimento. Parece estar-se a ignorar uma área onde o progresso tecnológico e os ganhos de eficiência têm contribuído e poderão continuar a fazê-lo, de forma decisiva, para alcançar as metas de melhor desempenho ambiental.

Deixem-me especular um pouco: ao tratar de forma tão negligente o setor do petróleo, a Comissão Europeia poderia estar a dar um sinal claro à indústria de que esta não tem lugar na economia europeia. Assim sendo, seria natural que houvesse um desinvestimento maciço com consequências catastróficas ao nível da economia, do emprego, da investigação e desenvolvimento, face ao papel relevante desempenhado pela indústria petrolífera, e à ausência de soluções alternativas com suficiente escala. Não seria mais sensato reconhecer o papel relevante que o sector desempenha e integrá-lo na estratégia, mesmo admitindo que em termos relativos a sua participação poderá seguir uma trajetória descendente? Aliás, estamos perante uma contradição com outros documentos em que se reconhece a necessidade de um aparelho refinador forte como elemento indispensável à competitividade da economia europeia.

Em síntese, o documento ora apresentado foca-se em aspetos de grande importância, como são a criação de um mercado único da eletricidade, a importância da eficiência energética, a segurança do abastecimento e a investigação e desenvolvimento. Mas falha em elementos essenciais, tais como a melhoria da competitividade e a inversão do declínio industrial na UE, o papel atual e futuro das atuais fontes de energia que alimentam a economia europeia, a criação de emprego. Será pois necessário melhorar esta base de trabalho, tornando-a mais realista e definindo de uma forma economicamente sustentável a transição para uma economia com menor intensidade de carbono. E para isso deve agregar todas as contribuições, evitando marginalizar atores essenciais, para que esta transição se faça de um modo eficaz e sem sobressaltos.

Reforma do sistema de Comércio de Emissões

O Parlamento Europeu aprovou em Julho um texto negociado com a Presidência para a criação de uma Reserva de Licenças de Emissão de CO₂. O Conselho, por seu lado deverá, adoptar essa Resolução Conjunta em Setembro.

O funcionamento do mercado de emissões deixou de ser eficaz para os objectivos que eram visados, devido à acumulação de mais de dois mil milhões de licenças em excesso. A Reserva irá retirar (e, se vier a ser necessário, injectar) licenças, devendo absorver (*backload*) 900 milhões de licenças até 2019.

Entretanto, e visando reformar o Sistema do Comércio de Emissões, a Comissão apresentou uma proposta de alteração à Directiva ETS que contempla, nomeadamente: o aumento para 2,2% do factor de redução do volume total de licenças; novas disposições relativas à atribuição gratuita de licenças e ao risco de 'carbon leakage'; pequenas instalações a excluir do regime de emissões; reforço dos montantes e alargamento do leque de acções de inovação que podem receber apoios; criação de um Fundo de Modernização para apoiar acções que contribuam para a redução de emissões em países com menos recursos.



Consultas em curso lançadas pela Comissão Europeia

Estratégia europeia para o armazenamento de gás e GNL

A Comissão Europeia lançou uma Consulta (até 30 de Setembro) que pretende obter contributos para uma estratégia gasista que explore o potencial do armazenamento de gás e do GNL, com vista a aumentar a competitividade e a segurança do abastecimento na Europa, em tempos normais e situações de crise.



Reformulação do mercado eléctrico

No contexto da proposta da Comissão para a instituição de uma União da Energia, está em curso uma Consulta (até 8 de Outubro) para recolher pontos de vista sobre o funcionamento do mercado da electricidade, nomeadamente integração das renováveis em mercado, relação entre mercados por grosso e retalho, coordenação de políticas a nível regional, governança dos mercados e segurança do abastecimento.

Complementarmente, é ainda pedida resposta a um Questionário sobre segurança do abastecimento de electricidade, quanto medidas existentes, funções, responsabilidades e cooperação transfronteiriça.

Forum de Florença e Forum de Madrid

Sob presidência da Comissão Europeia, funcionam duas assembleias em que se discutem questões relativas ao desenvolvimento dos mercados internos da electricidade e do gás: são o *Electricity Regulatory Forum (Florence Forum)* e o *Gas Regulatory Forum (Madrid Forum)*, nas suas designações inglesas.

Estes Fora reúnem uma ou duas vezes por ano, juntando representantes das entidades reguladoras, dos governos, dos operadores e utilizadores de redes, das plataformas de mercado organizado e dos comercializadores, através das respectivas organizações.

Actualmente estão a ser analisadas as condições para o desenvolvimento do comércio transfronteiriço de electricidade e de gás, das respectivas tarifas e da alocação de capacidades nas interconexões, podendo conhecer-se o ponto de situação através das Conclusões das reuniões mais recentes do Forum de Florença e do Forum de Madrid, disponíveis no portal da Comissão.

Future Energy Leaders fórum institucionaliza-se



O Programa WEC dedicado aos mais jovens profissionais do sector mudou de nome (FEL-100) e ganhou uma estrutura, com uma Direcção em que estão representadas mais de 60 regiões geográficas, com um Presidente e um Secretário, e os Comités de Desenvolvimento, Admissão e de Estudos, cada um com três membros.

O Programa FEL-100 (limitado a cem membros) quer desenvolver competências, aspirações, liderança, criatividade, cooperação e visão para o futuro, beneficiando do estabelecimento de redes de relação dentro do grupo e do contacto que é proporcionado com gestores de grandes empresas internacionais ligadas ao WEC.

O FEL-100, além de actividades desenvolvidas ao longo do ano, realiza programas próprios por ocasião das Assembleias Executivas e dos Congressos do WEC.

As candidaturas para o FEL-100 são apresentadas anualmente, sendo a admissão sujeita a um processo rigoroso de selecção. Portugal está presente neste Programa apenas através Filipe Mota da Silva, associado individual na APE, Secretário do FEL-100 desde Junho deste ano.